

"O País voltou aos trilhos" — declarou o presidente José Sarney ao apresentar o que se chamou "programa de mudanças" — documento que marcaria o fim da reforma da política econômica do governo da Nova República —, programa que, como se sabe, deverá acabar, em 1989, com o estado de pobreza absoluta no Brasil. A despeito do entusiasmo que se apossou do governo e de numerosos empresários, convém examinar melhor esse documento que, a objetivos já enunciados no I PND-NR, adita um programa de novos gastos, novas economias e modificações da política tributária. Justifica-se o otimismo com que o presidente da República, que entende ser necessário enfrentar, de uma vez por todas, o problema da inflação, considera que o "programa de mudanças" vai produzir esse resultado?

Convém frisar que o governo pretende reduzir o déficit operacional do setor público (do qual se excluem a correção cambial e a correção monetária), correspondente em 1985 a 2,8% do PIB, para 0,5%, ou seja, para 17,5 trilhões de cruzeiros, e fixar o déficit de caixa em 105 trilhões. O "pacote" governamental acrescenta gastos sociais que não se achavam incluídos no orçamento (estimados em cerca de quatro trilhões de cruzeiros), mas, em compensação, reduz as despesas e reforça as receitas. Quanto às despesas suplementares, sabe-se que serão efetuada. O problema é saber se as despesas serão efetivamente reduzidas e quais serão as consequências do crescimento das receitas.

O governo conta, para atingir seu objetivo, com a redução da taxa de juros (de 19% para 15%), que lhe permitiria economizar 35 trilhões de cruzeiros. Mas essa redução é antes um pensamento desiderativo, um

*whisful thinking*, que uma certeza. Aliás, é possível que o próprio "pacote" governamental concorra para elevar as taxas de juros, pois a mudança dos índices, nas circunstâncias em que foi feita, está desacreditando o governo, que será doravante responsável (por via de um organismo oficial) pelo cálculo da inflação. A incerteza quanto à inflação provavelmente levará os investidores a procurar rentabilidade maior, a fim de proteger-se contra os "roubos" do governo. Além disso, tornando-se menor a quantia disponível para aplicação em títulos do governo, será necessário melhorar a remuneração desses títulos. Não nos parece possível, sem intervenção maior, a redução das taxas de juros. Cabe lembrar, outrossim, que, se se tentar conseguir essa redução por meio da retração da oferta de títulos, será preciso carregar nas emissões monetárias, de tal modo que subirá a taxa de inflação e, com esta, também as taxas de juros. A nosso ver, esperar uma economia de 35 trilhões de cruzeiros somente da redução de taxas de juros é muito incerto e inconsistente.

O governo tem um programa de privatização que deverá render 15 trilhões de cruzeiros. Mas será assim tão fácil vender algumas dessas empresas e, especialmente, obter por elas o preço pretendido? Também neste ponto a sonhada redução do déficit nos parece duvidosa.

O que mais nos preocupa é o fato de, com todas as medidas anunciadas, o "programa de mudanças" mudar muito pouca coisa no tocante às despesas do setor público. Com efeito, os cortes abarcarão apenas 8 trilhões de cruzeiros, quantia insignificante à luz dos dois itens a que nos referimos acima e que são muito duvidosos.

Pelo menos, há um "pacote" fiscal que deverá proporcionar (em termos líquidos) 55 a 60 trilhões de cruzeiros a título de receitas suplementares. Sem dúvida, essa quantia não é tão irrisória em comparação com as receitas anteriores. Vê-se claramente, por isto, que haverá um aumento da carga tributária ainda maior, uma vez que, com a redução da retenção na fonte — que se traduz por redução de receitas —, o aumento das receitas só poderá advir de um número menor de contribuintes. A redução (bastante sensível) da retenção na fonte, que, ao contrário do que se poderia pensar, não significa uma redução de impostos — pois os contribuintes, em 1987, ao elaborar suas declarações, irão descobrir que foram enganados pelo governo (as eleições, porém, já terão sido realizadas!) —, acarretará uma consequência econômica muito importante. Ninguém pode negar que temos hoje uma inflação da demanda provocada pelos aumentos salariais de que tanto se orgulha o presidente Sarney. Até agora, o efeito inflacionário foi contido graças à capacidade ociosa da indústria, mas, em 1986, o gap entre a oferta e a demanda poderá acentuar-se, favorecendo a inflação. Ora, neste momento é que se deveria conter a demanda. Ela será estimulada, e da maneira mais falsa (pois o imposto terá de ser pago em 1987...), pela redução da retenção na fonte. Realmente, parece justo não exigir um empréstimo compulsório com excessiva retenção, mas a questão é que o empréstimo compulsório, no ano que vem, poderá ser maior do que no passado, e com correção monetária fixada pelo governo. Deve-se notar ainda que, se o Congresso não aprovar o chamado "empréstimo compulsório", o déficit do Tesouro, em 1986, poderá ser maior, pois, por

um lado, a retenção na fonte será menor, e, por outro, serão necessárias polpidas restituições.

Mas a carga tributária será mais pesada para as operações financeiras e para as grandes empresas. E não sem consequências. Pode-se prever que os investidores abandonarão os títulos de renda fixa e, especialmente, os títulos do governo, para dirigir-se à Bolsa de Valores. Talvez sobrevenha uma falta de liquidez que não concorrerá para a redução das taxas de juros. As grandes empresas não terão interesse em obter lucros não opcionais e, certamente, necessitarão mais dos bancos. Entrevê-se, em perspectiva, o crescimento da inflação, pois, naturalmente, as empresas procurarão transferir para os consumidores o aumento de seus custos.

Não nos parece que o "pacote" conseguirá atingir seu principal objetivo, que é reduzir o déficit. Trata-se de um "pacote" de ilusões, feito para um ano eleitoral. Receamos que as boas intenções no tocante aos investimentos sociais deixem muita gente frustrada. Como se pode ver em nossa página de "Atualidade Econômica", não haverá oferta suficiente de produtos alimentícios para atingir os objetivos previstos, especialmente no que diz respeito ao leite. O paternalismo tem por filha a corrupção, que, em época de escassez, se torna mais tentadora.

Causa-nos grande mal-estar ir contra a corrente e externar nosso ceticismo diante desse programa que, provavelmente, não mudará coisa alguma. Mas nada nos faz crer que as soluções propostas permitirão minorar a miséria de nosso povo, que, antes de tudo, é vítima da inflação, que será maior do que no ano anterior, apesar da mudança dos índices que a medem....